



PROGRAMA DETALHADO da Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA (CEA)

Controle: D.04.12.09

Data da Elaboração: 10/11/2009

Data da Revisão: 01/09/2017

Vigência a partir de: 04/09/2017

Elaborado por: Certificação ANBIMA

Aprovado por: Comitê de Certificação



Programa Detalhado da Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA (CEA) - Versão 1.6 -

OBJETIVOS DA CEA

Os Programas de Certificação de Profissionais da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais- ANBIMA, CPA-10 e CPA-20, realizados desde 2002, se mostraram importantes ferramentas para elevar o nível de qualificação dos profissionais que atuam nos mercados financeiros e de capitais na comercialização e distribuição de produtos de investimento junto ao público investidor. Esta importância é comprovada por mais de 380 mil profissionais certificados pela ANBIMA desde o início deste processo.

Buscando aperfeiçoar continuamente o mercado em que atua, em 2009 a ANBIMA passou a oferecer a Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA – CEA, que objetiva certificar Profissionais das Instituições Participantes que assessoram os gerentes de contas de investidores pessoas físicas em investimentos, podendo indicar produtos dos mercados financeiro, de capitais e de previdência complementar aberta, disponíveis em sua instituição.

O CONTEÚDO DO PROGRAMA DETALHADO

O presente programa é composto por seis grandes temas: Sistema Financeiro Nacional e Participantes do Mercado; Princípios básicos de Economia e Finanças; Instrumentos de Renda Variável, Renda Fixa e Derivativos; Fundos de Investimento; Produtos de Previdência Complementar; Gestão de Carteiras e Riscos; e Planejamento de Investimento.

A ANBIMA assume o compromisso de revisar periodicamente esse Programa Detalhado com a finalidade de incorporar novos assuntos, sempre que o dinamismo e a evolução do mercado de capitais venham torná-los relevantes e essenciais.

A legislação vigente representativa para a venda de produtos de investimento, ainda que não totalmente explicitada, encontra-se também presente nos conceitos e conteúdos dos diversos temas e tópicos abordados. Aspectos conceituais e práticos relacionados à Matemática Financeira poderão ser objeto de avaliação. O profissional poderá utilizar máquina calculadora para a realização do exame, desde que não seja calculadora alfanumérica.

ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS

A fim de melhor direcionar os estudos dos candidatos que realizam o exame de Certificação de Especialista em Investimentos, a ANBIMA disponibiliza um documento intitulado “ORIENTAÇÕES DE ESTUDO da Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA”, que detalha quais conhecimentos e habilidades são exigidos nos diferentes tópicos apresentados nesse Programa Detalhado. Dessa forma, este documento indica o que poderá ser exigido (por exemplo: conceito, cálculo, análise entre outras habilidades) no exame com base nos tópicos presentes nesse Programa Detalhado.

PROGRAMA DETALHADO CEA

- Versão 1.6 -

A legislação aplicável ao conteúdo do exame é aquela que se encontra vigente e eficaz em até 06 (seis) meses antes da data do exame.

1. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E PARTICIPANTES DO MERCADO (PROPORÇÃO: DE 5 A 15 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional tem domínio dos principais conceitos sobre Sistema Financeiro Nacional, os Participantes, a Regulação, Fiscalização e Autorregulação dos Mercados Financeiro e de Capitais.

1.1 Composição do SFN: Órgãos de Regulação, Autorregulação, Fiscalização e demais participantes do mercado

1.1.1 Atribuições dos órgãos de Regulação e Fiscalização: Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – BACEN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, SUSEP – Superintendência de Seguros Privados e PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

1.1.2 Instituições Financeiras: Bancos Múltiplos, Bancos Comerciais, Bancos de Investimento.

1.1.3 Outros Intermediários: Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários e Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários.

1.1.4 B3 S/A – Brasil, Bolsa e Balcão.

1.1.5 Investidores Qualificados, Investidores Profissionais e Investidores Não-Residentes.

1.1.6 Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC (Resolução CMN 3.792)

1.1.6.1 Definição, apresentação e disponibilização da política de investimento (Capítulo V, art. 16)

1.1.6.2 Segmento de Renda Fixa das carteiras (Capítulo VI, art. 18)

1.1.6.3 Segmento de Renda Variável das carteiras (Capítulo VI, art. 19)

1.1.6.4 Cobrança de taxa de *performance* para uma EFPC (Capítulo IX, art. 51)

1.1.6.5 Controle e avaliação de riscos e sua fiscalização (Capítulo III, art. 9 a 13)

1.1.6.6 Das vedações (Capítulo XI, art. 53)

1.2 Códigos ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas

1.2.1 Atribuições da ANBIMA: Condução dos Processos de Regulação e Melhores Práticas das Instituições e dos Mercados

1.2.1.1 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários

1.2.1.2 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento

1.2.1.3 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada

1.2.1.4 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Distribuição de Produtos de Investimento no Varejo

1.3 Prevenção e Combate a Lavagem de Dinheiro ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores

1.3.1 Legislação e regulamentação correlata (Lei 9.613/98, Circular Bacen 3.461/09, Lei 12.683/12 e suas alterações):

1.3.1.1 Fases da Lavagem de dinheiro - “colocação”, “ocultação” e “integração”

1.3.1.2 Quem está sujeito à lei e à regulamentação: abrangência, amplitude e responsabilidades dos profissionais e das Instituições Financeiras e Não-Financeiras (Lei 9.613, cap. V, art. 9º e Circular 3.461/09)

1.3.1.3 Identificação dos clientes e da manutenção de registros (Lei 9.613, cap. VI, art.10A e Circular 3.461/09)

1.3.1.4 Da Comunicação de Operações Financeiras (Lei 9.613, cap. VII)

1.3.1.5 Políticas e procedimentos de prevenção/combate ao crime de lavagem de dinheiro - Organismos nacionais e de cooperação internacional. A Convenção de Viena e o Decreto n.154/91 (Lei 9.613, cap. IX e Circular 3.461/09)

1.3.2 Aplicação do princípio “Conheça seu cliente”:

1.3.2.1 Função do cadastro e implicações de um cadastro desatualizado. Análise da capacidade financeira do cliente

1.3.2.2 O princípio “Conheça seu cliente” como forma de proteção da Instituição Financeira e do profissional

1.4 Normas e Padrões Éticos

1.4.1 Controles Internos: Resolução CMN 2.554/98, Artigo 1º. Segregação de atividades de forma a evitar possíveis conflitos de interesses (*Chinese Wall*), também conhecido como Barreira de Informação e definição de responsabilidades: Artigo 2º. Política de segurança da informação: Artigo 2º IV e VII

1.4.2 Utilização indevida de informações privilegiadas (contexto de negociação - mercado primário e secundário em renda fixa e renda variável – valorização de cotas em fundos de investimento, manipulação de preços)

1.4.2.1 *Insider trading e inside Information*

1.4.2.2 *Front running*

1.4.2.3 Confidencialidade

1.4.2.4 Conflito de interesses

1.4.3 Código de Distribuição de Produtos no Varejo

1.4.3.1 Propósito e Abrangência (Cap. I)

1.4.3.2 Princípios Gerais (Cap. II)

1.4.3.3 Exigências mínimas (Cap. III)

1.4.3.4 Da publicidade e divulgação dos produtos de investimento (Cap. IV)

1.4.3.5 Dever de verificar a adequação do perfil do investidor – API (Cap. VI)

2. PRINCÍPIOS BÁSICOS DE ECONOMIA E FINANÇAS (PROPORÇÃO: DE 5 A 15 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional tem domínio dos principais conceitos sobre Economia e Finanças. Além disto, o profissional deverá ter capacidade de interpretar a informação e explicar seu significado. Alguns dos tópicos poderão exigir cálculos financeiros, diagramação, interpretação de gráficos e resolução de problemas utilizando técnicas de matemática financeira.

2.1 Conceitos Básicos de Economia

2.1.1 Indicadores econômicos (definição): PIB – Produto Interno Bruto, Índices de Inflação (IPCA e IGP-M), taxa de câmbio (PTAX), taxa SELIC, taxa DI e TR – Taxa Referencial.

2.1.2 Política Fiscal: necessidade de financiamento do setor público, implicações sobre a dívida pública.

2.1.3 Política Cambial: cupom cambial, reservas internacionais, regimes de taxa de câmbio. Relações e conceitos.

2.1.4 Contas Externas: Balança Comercial, Transações Correntes, Conta de Capital. Conceitos.

2.2 Conceitos Básicos de Finanças

2.2.1 Valor Presente, Valor Futuro, Taxa de Desconto e Diagrama de Fluxo de Caixa

2.2.2 Regime de Capitalização Simples

2.2.2.1 Proporcionalidade de Taxas

2.2.3 Regime de Capitalização Composto

2.2.3.1 Equivalência de Taxas

2.2.4 Regime de Capitalização Contínuo

2.2.5 Desconto Bancário ou “por fora”

2.2.6 Taxa de Juros Nominal e Taxa de Juros Real: Indexador e Fórmula de Fisher

2.2.7 Séries Uniformes de Pagamentos

2.2.7.1 Séries Uniformes Antecipadas

2.2.7.2 Séries Uniformes Postecipadas

2.2.7.3 Perpetuidade

2.2.7.4 Valor Futuro (ou Montante) de uma Série Uniforme de Pagamentos

2.2.8 Sistemas de amortização: SAC (Sistema de Amortização Constante), Tabela Price e SAA (Sistema de Amortização Americano)

2.2.9 Métodos de Análise de Investimentos

2.2.9.1 Taxa Mínima de Atratividade

2.2.9.2 Custo de Oportunidade

2.2.9.3 Taxa Interna de Retorno (TIR) e Taxa Interna de Retorno Modificada; Risco de Reinvestimento

2.2.9.4 Valor Presente Líquido (VPL)

3. INSTRUMENTOS DE RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL E DERIVATIVOS (PROPORÇÃO: DE 15 A 25 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional tem domínio dos principais conceitos e a estrutura dos produtos de renda variável, renda fixa e dos principais instrumentos derivativos negociados no mercado local e internacional. O profissional deverá entender, explicar e avaliar os principais instrumentos financeiros, suas formas de negociação, bem como das características operacionais dos produtos. Cálculos poderão ser exigidos com a utilização de calculadoras financeiras.

3.1 Instrumentos de Renda Fixa

3.1.1 Formação das Taxas de Juros no Brasil

3.1.1.1 A Influência das Taxas de Juros nas Empresas e no Governo

3.1.1.2 A Política Monetária, seus instrumentos e o Comitê de Política Monetária (COPOM)

3.1.1.3 Investimentos e Cenários: relação entre os cenários econômicos e as taxas de juros

3.1.2 Caderneta de Poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias, riscos e tributação

3.1.3 Principais características de Títulos Públicos e Privados

3.1.3.1 Precificação de Títulos Públicos e Privados

3.1.3.2 Preço de Mercado: Ágio e Deságio

3.1.3.3 Retorno do investimento

3.1.4 Indicadores de Renda Fixa

3.1.4.1 Índice de Mercado ANBIMA – (IMA-B, IRF-M e IMA-S)

3.1.4.2 IDkA - Índice de Duração Constante ANBIMA (segmento Prefixado e segmento IPCA)

3.1.5 Estrutura Temporal das Taxas de Juros

3.1.5.1 Projeção da curva de Juros Prefixada

3.1.5.2 Projeção da curva de Cupom Cambial (dólar/euro)

3.1.5.3 Projeção da curva de Cupom de IGP-M e IPCA

3.1.6 Estrutura de Negociação do Mercado de Títulos Públicos e Privados; Leilões e Mercado de Balcão; Negociação no Mercado Primário e Secundário

3.1.7 Tesouro Direto: Títulos Negociados, Estrutura, Forma de Negociação e Custos para o investidor. Nomenclatura dos títulos negociados e adequação dos produtos em função do nível de conhecimento do investidor e seus objetivos

3.1.8 Principais Títulos Públicos negociados no Mercado Interno

3.1.8.1 Letras do Tesouro Nacional (LTN)

3.1.8.2 Letras Financeiras do Tesouro (LFT)

3.1.8.3 Notas do Tesouro Nacional (NTN-B; NTN-B Principal e NTN-F)

3.1.9 Principais Títulos Privados negociados no Sistema Financeiro Nacional

3.1.9.1 Certificado de Depósito Bancário (CDB)

3.1.9.2 Recibo de Depósito Bancário (RDB)

3.1.9.3 Depósito Interfinanceiro (DI)

3.1.9.4 Depósito à Prazo com Garantia Especial (DPGE)

3.1.9.5 Notas Promissórias (NP)

3.1.9.6 Debêntures e Debêntures Incentivadas (Lei 12.431/2011)

3.1.9.7 Securitização de Recebíveis

3.1.9.8 Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Cédula de Crédito Imobiliário (CCI).

3.1.9.9 Títulos do segmento agrícola: Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA e Cédula de Produtor Rural – CPR.

3.1.9.10 Letra Financeira (LF)

3.1.9.11 Letras de Câmbio (LC)

3.1.10 Operações compromissadas: Lastros; Riscos para o investidor em relação aos demais títulos de emissão de instituições financeiras

3.1.11 Renda Fixa Internacional

3.1.11.1 Taxas de Câmbio: Relações de Paridade entre as Moedas

3.1.11.2 Transferência Internacional de Recursos

3.1.11.3 Principais títulos emitidos pelo Tesouro Norte-Americano: *Treasury Bills, Treasury Notes, Treasury Bonds*, e TIPS - *Treasury Inflation-Protected Securities*.

3.1.11.4 Títulos Brasileiros no Mercado Internacional: *Global Bonds* e *Eurobonds*

3.1.11.5 Outros títulos: *Certificates of Deposit (CD)* e *Commercial Papers (CP)*

3.1.11.6 *Repos (Repurchase Agreements)*

3.1.12 Os Riscos em aplicações de Renda Fixa

3.1.12.1 Risco de Crédito

3.1.12.1.1 Definição de solvência e inadimplência

3.1.12.1.2 Mensuração do risco de crédito

3.1.12.1.3 *Spread* de crédito e probabilidade de inadimplência (Impactos sobre a formação de preços)

3.1.12.1.4 Capacidade de pagamento (alavancagem, endividamento, estrutura de capital, geração de caixa).

3.1.12.2 *Ratings* e sua influência sobre preços dos ativos.

3.1.12.3 Risco Operacional.

3.1.12.4 Risco de Mercado

3.1.12.5 Risco de Liquidez

3.1.12.6 Risco País

3.1.12.7 Risco Cambial

3.1.13 Análise de Títulos de Renda Fixa

3.1.13.1 *Yield to Maturity, Current Yield e Coupon Rate*

3.1.13.2 Relação entre prazos dos títulos, taxas de juros, risco de crédito e formação de preços.

3.1.13.3 *Duration* de Macaulay e *Duration* Modificada

3.1.14 FGC – Fundo Garantidor de Crédito: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização.

3.2 Renda Variável

3.2.1 Ações: Tipos, Classes e Espécies

3.2.2 BDRs – *Brazilian Depositary Receipts*

3.2.2.1 Patrocinados e não patrocinados

3.2.3 Riscos no Mercado Acionário

3.2.3.1 Risco de Mercado (Volatilidade)

3.2.3.2 Risco de Liquidez

3.2.4 Mercado de Ações

3.2.4.1 Direitos dos Acionistas

3.2.4.1.1 Acionistas Minoritários

3.2.4.1.2 *Tag Along*

3.2.4.1.3 Direitos de Subscrição, Bonificação, Desdobramento de Ações e Grupamentos de Ações

3.2.4.2 Ganho de Capital na valorização das ações. Rendimento dos Acionistas: Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

3.2.4.3 Mercado Primário e Mercado Secundário: Principais conceitos e funções econômicas; características e formas de negociação

3.2.5 Abertura de Capital (*Initial Public Offering* - IPO) e Oferta Pública de Valores Mobiliários

3.2.5.1 Principais Instituições: funções e principais características

3.2.5.1.1 Banco Coordenador

3.2.5.1.2 Agência de Rating

3.2.5.1.3 Agente Fiduciário

3.2.5.1.4 Banco Escriturador e Mandatário

3.2.5.1.5 Banco Liquidante

3.2.5.1.6 Depositário

3.2.5.1.7 Custodiante

3.2.5.1.8 Função do formador de mercado (*Market maker*) e mecanismo de estabilização de preços

3.2.5.2 Subscrição Pública de Ações: O papel dos principais agentes no Processo de *Underwriting*; Estrutura de uma operação de IPO.

3.2.5.3 Tipos de Subscrição: Firme, Residual (*Stand-by*) e Melhores Esforços (*Best Effort*)

3.2.5.4 Formação de Preço na Emissão das Ações: *Bookbuilding*; Preço Fixo ou Leilão em Bolsa

3.2.6 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários

3.2.6.1 Propósito e Abrangência (Cap. I)

3.2.6.2 Princípios Gerais (Cap. III)

3.2.6.3 Documentos da Oferta (Cap. VI)

3.2.7 Negociação no Mercado Secundário de Ações

3.2.7.1 Bolsas de Valores; Mercado de Balcão; Bovespa Mais e Bovespa Mais Nível 2.

3.2.7.2 Tipos de Ordens de Negociações

3.2.7.3 Operações a Vista, a Termo e Opções

3.2.8 Índices de Bolsa de Valores: Índice Bovespa (IBOVESPA), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE); Índice Brasil (IBrX); Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC); Índice *MidLarge Cap* – MLCX; Índice *Small Cap* – SMLL e Índice de Energia Elétrica-IEE.

3.2.8.1 Metodologias de composição dos índices; uso dos índices em função dos objetivos de investimento dos investidores

3.2.9 Governança Corporativa

3.2.9.1 Conceitos Gerais

3.2.9.2 Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da BM&FBovespa – Mercados Bovespa: Critérios de Adesão

3.2.10 Avaliação de Investimentos em Ações

3.2.10.1 Conceitos Gerais: Valor Nominal, Valor Patrimonial, Valor de Mercado e Valor de Liquidação

3.2.10.2 Lucro por Ação – LPA

3.2.10.3 Índice Preço/Lucro – P/L

3.2.10.4 Custo Médio Ponderado de Capital

3.2.10.5 Medida de fluxo de caixa, incluindo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA ou EBITDA).

3.2.10.6 Distinções entre Análise Técnica e Análise Fundamentalista

3.2.11 Investimentos em Ações no Exterior

3.2.11.1 Ações de Empresas Estrangeiras negociadas nos Estados Unidos e em outros mercados: *American Depositary Receipts* (ADR) – Níveis 1, 2, 3 e 144-A; *Global Depositary Receipts* (GDR): principais características dos produtos e as diferenças entre os recibos e mercados

3.2.11.2 Índices de bolsa de valores no exterior: S&P 500, *Dow Jones*, NASDAQ, MSCI *World*, MSCI *Emerging Markets* e *Euro Stock*.

3.2.12 Clubes de Investimento em Ações: Regulamentação, limites de concentração e características operacionais; vantagens e desvantagens para os investidores frente a outras opções de investimento no mercado acionário; restrições.

3.3 Derivativos

3.3.1 Conceitos Gerais de Derivativos

3.3.2 Formas de utilização dos Contratos Derivativos: Principais estratégias, os riscos e suas utilizações.

3.3.2.1 Especulação

3.3.2.2 Arbitragem

3.3.2.3 *Hedge*

3.3.3 Mercados Futuros

3.3.3.1 Conceitos Gerais: Definições e características operacionais

3.3.3.2 Participantes dos Mercados Futuros

3.3.3.3 Contratos Futuros Negociados em Bolsas: Ações, Índices, Taxas de Juros, Taxa de Câmbio e *Commodities*: Conceito, finalidade, formas de negociação e os riscos envolvidos.

3.3.3.3.1 Preços, Margens e Ajustes: conceitos e impactos na utilização de mercados futuros em função da variação nas condições do mercado.

3.3.3.4 Contratos Futuros de Balcão de negociação de moeda sem entrega física (NDF – *Non Deliverable Forward*)

3.3.3.4.1 Formação de Preço e Registro em *Clearing* – CETIP - vantagens do NDF em relação ao contrato futuro de Câmbio

3.3.3.5 Principais Estratégias com Contratos Futuros; os riscos e suas utilizações

3.3.3.5.1 Estratégias de *Hedge*; conceitos e aplicações práticas

3.3.3.5.2 Estratégias de Especulação: conceitos e aplicações práticas

3.3.3.5.3 Estratégias de Arbitragem: conceitos e aplicações práticas

3.3.4 Mercado de Opções

3.3.4.1 Conceitos Gerais sobre Opções; Opções Europeias e Americanas: características, os riscos e suas utilizações

3.3.4.2 Participantes do Mercado de Opções

3.3.4.3 Opções de Compra (*Call*) e Opções de Venda (*Put*); Titular e Lançador: Definições, características, os riscos e suas utilizações

3.3.4.4 Valor e Prêmio das Opções

3.3.4.4.1 Fatores que influenciam o prêmio de uma opção: Preço à vista do ativo-objeto, preço de exercício, taxa de juros, tempo até o vencimento e volatilidade do ativo-objeto.

3.3.4.4.2 Modelo Binomial - Conceito

3.3.4.4.3 Modelo de *Black & Scholes* – Conceito

3.3.4.5 Principais Estratégias com Opções. Análise de diagramas e gráficos. Os riscos das estratégias utilizando opções e suas aplicações mais comuns.

3.3.4.5.1 Operação de Financiamento

3.3.4.5.2 Box de 2 pontas e 4 pontas

3.3.4.5.3 *Straddle* e *Strangle*

3.3.4.5.4 *Caps*, *Floor* e *Collars*

3.3.4.5.5 Opções exóticas (com barreiras)

3.3.5 Mercado a Termo de Ações

3.3.5.1 Conceitos Gerais: Definições; Principais características dos contratos e forma de negociação

3.3.5.2 Principais Estratégias com Mercado a Termo de Ações: os riscos e formas de utilização do mercado a termo de ações

3.3.6 Swaps

3.3.6.1 Swaps de Taxa de Juros, Moedas e Índices de Preço: definições; principais características dos contratos e forma de negociação

3.4 Certificado de Operações Estruturadas – COE

3.4.1 Definição e finalidade

3.4.2 Modalidades: valor nominal protegido e valor nominal em risco. Conceito

3.4.3 Distribuição via oferta pública: Instrução CVM 569 Cap. II; Documento de informações Essenciais Cap. III; Material Publicitário Cap. IV

3.5 Tributação para Pessoas Físicas Residentes no Brasil

3.5.1 Aspectos Gerais

3.5.1.1 Fato Gerador

3.5.1.2 Base de Cálculo e Alíquotas

3.5.1.3 Agentes Responsáveis pelos recolhimentos

3.5.1.4 Prazos Legais

3.5.1.5 Compensação de Perdas

3.5.1.6 Limites de Isenção

3.5.2 Imposto de Renda sobre aplicações financeiras de renda fixa, exceto em fundos de investimento

3.5.2.1 Imposto sobre Operações Financeiras nas aplicações de renda fixa; Impacto no rendimento do investidor; isenções.

3.5.3 Imposto de Renda sobre operações realizadas em Bolsas de Valores, em Bolsas de Mercadorias e Futuros e assemelhadas

3.5.3.1 Imposto de Renda das operações de renda variável no mercado á vista de Bolsa de Valores, *day trade* e *swap*.

3.5.3.2 Tributação das operações com Contratos a Termo de Moedas

3.5.4 Imposto de Renda sobre as operações realizadas no exterior em títulos de renda fixa e renda variável

3.5.4.1 Rendimentos e Ganho de Capital

3.5.4.2 Origem dos recursos

3.5.5 Tributação nos Clubes de Investimento

3.6 Negociação, Liquidação e Custódia

3.6.1 Sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no Selic: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F.

3.6.2 Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (Câmara BM&FBovespa): Conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor.

3.6.3 Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB. Conceito e finalidade

4. FUNDOS DE INVESTIMENTO (PROPORÇÃO: DE 10 A 20 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional tem domínio dos principais conceitos sobre os Fundos de Investimento, sua regulamentação, estrutura, forma de negociação e características operacionais dos produtos.

4.1 Fundos de Investimento

4.1.1 Definições e Aspectos Gerais; Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento

4.1.2 Tipos de Fundos: Abertos e Fechados

4.1.3 Fundos Exclusivos e Restritos

4.1.3.1 Gestão discricionária e não discricionária

4.1.3.2 Marcação a mercado

4.1.4 Direitos e Obrigações dos Cotistas

4.1.5 Administração

4.1.5.1 Disposições Gerais

4.1.5.2 Vedações e obrigações do Administrador e do Gestor

4.1.5.3 Normas de Conduta

4.1.5.4 Substituição do Administrador e do Gestor

4.1.6 Objetivo do Fundo e Política de Investimento.

4.1.7 Divulgação de informações para venda e distribuição: Instrumentos de divulgação das políticas de investimento e rentabilidade: regulamento, lâmina de informações essenciais, demonstração de desempenho, formulário de informações complementares e termo de adesão.

4.1.8 Divulgação de Informações e Resultados

4.1.8.1 Divulgação de cota e rentabilidade

4.1.8.2 Balancetes e demonstrações contábeis

4.1.8.3 Assembleias Gerais: competência, convocação e deliberações.

4.1.8.4 Composição e diversificação de carteira

4.1.8.5 Informações periódicas e comunicação com os cotistas

4.1.8.6 Informações eventuais. Atos ou Fatos relevantes.

4.1.9 Diversificação da Carteira do Fundo e seus Riscos inerentes; Limites por Emissor e por Modalidade de Ativo Financeiro.

4.1.10 Fatores que afetam o valor da cota

4.1.10.1 Composição da Carteira

4.1.10.2 Marcação a Mercado

4.1.10.3 Taxas de Administração, Taxas de *Performance* e outras despesas que constituem encargos dos Fundos

4.1.10.4 Influência da Alavancagem nos Fundos. Riscos para os Investidores

4.1.11 Dinâmica de aplicação e resgate

4.1.11.1 Aplicação de recursos e compra de ativos por parte dos gestores.

4.1.11.2 Cota do dia (D+0) e cota do dia seguinte ao da data de aplicação (D+1)

4.1.11.3 Resgate de Cotas: Pagamento; Prazos; Carência

4.1.11.4 Prazo de cotização: conceito (prazo de conversão de cotas na aplicação e no resgate)

4.1.11.5 Taxa de ingresso e Taxa de saída

4.1.11.6 Fechamento dos Fundos para Resgates e Aplicações

4.1.12 Classificação dos Fundos quanto à Estratégia de Gestão

4.1.12.1 Fundos Ativos

4.1.12.2 Fundos Passivos

4.1.13 Classificação CVM

4.1.13.1 Fundo de Renda Fixa

4.1.13.2 Fundo de Ações

4.1.13.3 Fundo Cambial

4.1.13.4 Fundo Multimercado

4.1.13.5 Característica das subclassificações: Curto Prazo, Referenciado, Simples, Dívida Externa, Crédito Privado, Ações – Mercado de Acesso e Investimento no Exterior

4.1.13.6 Fundos de Curto Prazo e Longo Prazo segundo regulamentação da Receita Federal

4.1.13.7 Ativos Financeiros no Exterior

4.1.13.8 Limites por emissor

4.1.13.9 Limites por modalidade de ativo financeiro

4.1.14 Outros tipos de Fundos (regidos por regulamentação própria)

4.1.14.1 Fundo de Investimento Imobiliário (FII)

4.1.14.2 Fundo de Investimento em Participações (FIP)

4.1.14.3 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

4.1.14.4 Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Fundos de Índice) com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ETFs - *Exchange Traded Funds*.

4.1.15 Classificação ANBIMA. Estrutura e adequação de produtos em função dos objetivos do investidor. Cartilha da Nova Classificação de Fundos.

4.1.15.1 Nível 1 – Classe de Ativos: classe de ativos que mais se adequa àquele investidor.

4.1.15.2 Nível 2 – Gestão e Riscos: tipos de gestão e riscos (o risco que o investidor está disposto a correr)

4.1.15.3 Nível 3 – Estratégias: principais estratégias que se adequam aos objetivos e necessidades do investidor

4.1.16 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimentos

4.1.16.1 Propósito e Abrangência (Cap. I)

4.1.16.2 Princípios gerais (Cap. II)

4.1.16.3 Documentos e informações dos fundos de investimento (Cap. V) . Documentos relacionados a cada tipo de fundo e respectivos anexos: Anexo I – Fundos de Investimento ; Anexo II – Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, Anexo III – Fundos de Investimento Imobiliário e Anexo IV – Fundos de Investimento em Índice de Mercado

4.1.16.4 Publicidade e divulgação de material técnico dos fundos de investimento (Cap. VI)

4.1.16.5 Marcação a Mercado – MaM – Código de Fundos de Investimento (Cap. VII)

4.1.16.6 Serviços: Administração, Gestão e Distribuição de Fundos de Investimento (Cap. IX, X e XI do Código de Fundos)

4.2 Carteira Administrada

4.2.1 Conceitos Gerais; Gestão Discricionária e não Discricionária; Custódia.

4.2.2 Principais Características e comparação com Fundos de Investimento e Fundos Exclusivos.

4.3 Tributação em Fundos de Investimento e Carteira Administrada

4.3.1 Aspectos Gerais

4.3.1.1 Fato Gerador

4.3.1.2 Base de Cálculo e Alíquotas

4.3.1.3 Agentes Responsáveis pelos Recolhimentos

4.3.2 Imposto de Renda nos Fundos de Renda Fixa de Curto Prazo e de Longo Prazo; Fundos de Renda Variável

4.3.2.1 Composição das carteiras segundo regras da Receita Federal

4.3.2.2 “Come Cotas” – Alíquotas e Características

4.3.2.3 IOF nos Fundos de Renda Fixa; IOF nos Fundos com Data de Aniversário (fundos com carência)

4.3.2.4 Compensação de Perdas

4.3.3 Imposto de Renda nas Carteiras Administradas

5. PRODUTOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PROPORÇÃO: DE 10 A 15 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional tem domínio dos principais conceitos sobre os Produtos de Previdência Complementar, aspectos de venda dos produtos e sua adequação ao tipo de plano e perfil dos investidores. Além disto, os profissionais devem ser capazes de orientar aos clientes a respeito dos benefícios dos planos de previdência complementar em termos tributários.

5.1 Previdência Social x Previdência Privada: Avaliação da necessidade do cliente

5.2 Agentes Reguladores e legislação aplicável ao mercado previdenciário

5.3 Produtos disponíveis de Previdência Complementar Aberta e suas características

5.3.1 Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL)

5.3.2 Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL)

5.4 Características técnicas que influenciam o produto

5.4.1 Taxa de administração

5.4.2 Taxa de carregamento

5.4.3 Portabilidade

5.4.4 Transferência entre diferentes perfis de planos

5.4.5 Resgastes

5.4.6 Fase de contribuição

5.4.7 Fase de benefícios

5.4.7.1 Renda mensal vitalícia

5.4.7.2 Renda mensal vitalícia reversível ao cônjuge com continuidade aos menores

5.4.7.3 Renda vitalícia com reversão a beneficiário indicado

5.4.7.4 Renda vitalícia com prazo mínimo garantido

5.4.7.5 Renda mensal temporária

5.4.7.6 Renda mensal por prazo certo

5.4.7.7 Pagamento único

5.4.8 Possibilidade de pagamento de juros e/ou excedente financeiro

5.4.9 Tábua Atuarial ou Biométrica

5.5 O processo de venda dos produtos de Previdência Complementar

5.6 Escolha do Tipo de Fundo de Investimento Durante a Fase de Acumulação

5.6.1. Conceito de fundo exclusivo FIE

5.6.2. Classificação ANBIMA – Deliberação nº 71: Diretrizes de Classificação de Fundos de Investimentos

5.6.2.1 Renda Fixa

5.6.2.2 Balanceados - até 15 %

5.6.2.3 Balanceados – de 15 a 30%

5.6.2.4 Balanceados – acima de 30%

5.6.2.5 Multimercados

5.6.2.6 Data-alvo

5.6.2.7 Ações

5.7 Qualidade da venda – apresentação dos aspectos técnicos e de riscos dos produtos

5.8 Tributação em Planos de Previdência Complementar

5.8.1 Escolha do regime de tributação mais adequado ao cliente

5.8.1.1 Natureza dos rendimentos do cliente na Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física - DIR-PF (renda tributável; isenta; tributação definitiva)

5.8.1.2 Os modelos de DIR-PF: declaração completa ou simplificada

5.8.1.3 Horizonte de tempo para resgate ou conversão em renda

5.8.2 Regime Tributável ou Compensável: conceito; base de cálculo; alíquotas progressivas definidas em função da renda tributável total do contribuinte; antecipação de 15% na fonte para posterior ajuste na DIR-PF

5.8.3 Regime Definitivo ou Exclusivo: conceito; base de cálculo; alíquotas regressivas definidas em função do prazo de permanência no plano

5.8.4 Tributação após conversão em renda

5.9 Planejamento Tributário utilizando Planos de Previdência Complementar Aberta

5.9.1 Estratégias de Investimento em função dos objetivos do investidor; limites de aplicação em função do tipo de plano e perfil do Investidor.

6. GESTÃO DE CARTEIRAS E RISCOS (PROPORÇÃO: DE 10 A 20 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional tem domínio de determinados conceitos associados à estatística, gestão de carteiras e análise de riscos. Cálculos poderão ser exigidos e a utilização de calculadoras financeiras será permitida.

6.1 Estatística aplicada

6.1.1 Medidas de posição central: média, mediana e moda.

6.1.2 Medidas de dispersão: variância e desvio padrão (volatilidade).

6.1.3 Medidas de associação entre duas variáveis: covariância, coeficiente de correlação e coeficiente de determinação (R^2).

6.1.4 Distribuição Normal

6.1.5 Intervalo de confiança em uma distribuição normal

6.2 Risco, Retorno e Mercado

6.2.1 Mercado Eficiente

6.2.2 Risco e Retorno Esperados

6.3 Seleção de Carteiras e Modelo de Markowitz

6.3.1 Retorno Esperado de uma Carteira; Retorno esperado de uma carteira de até três ativos

6.3.2 Diversificação do Risco de uma Carteira e o Modelo de Markowitz

6.3.3 Ativos com Correlação nula

6.3.4 Risco Diversificável e Risco Sistemático (não diversificável)

6.3.5 Taxa Livre de Risco e Prêmio pelo Risco de Mercado

6.3.6 A Fronteira Eficiente

6.3.7 Escolha da Carteira ótima

6.4 Modelo de Precificação de Ativos – CAPM

6.4.1 Retra do Mercado de Capitais (*Capital Market Line* – CML). Carteira mais atraente

6.4.2 Retra Característica

6.4.2.1 Coeficiente alfa

6.4.2.2 Coeficiente beta: O risco sistemático

6.4.2.3 Risco não sistemático

6.4.3 Retra do Mercado de Títulos (*Security Market Line* – SML)

6.4.4 *Arbitrage Pricing Theory* – APT.

6.5 Alocação de Ativos

6.5.1 *Asset Allocation*: processo e critério de diversificação de produtos de investimento

6.5.2 Definição de classes de ativos e correlação entre os ativos de mesma classe

6.5.3 Critérios de alocação de ativos e rebalanceamento das carteiras

6.5.4 Alocação de ativos: horizonte de tempo e perfil do investidor. Alocação Estratégica em função da evolução do tempo do investimento. Alocação Tática em função de alterações nas condições do mercado

6.6 Acordo de Basiléia – Conceito internacional e suas aplicações no Brasil

6.7 Gestão de Riscos em Fundos de Investimento e Carteiras Administradas

6.7.1 Prêmio pelo Risco

6.7.1.1 Índice de Sharpe

6.7.1.2 Índice de Treynor

6.7.2 Índice de Modigliani

6.7.3 Valor em Risco de uma Carteira – VAR (*Value at Risk*)

6.7.4 *Stress Test*

6.7.5 *Stop Loss*

6.7.6 *Back Testing*

6.7.7 *Tracking Error* e Erro Quadrático Médio

7. PLANEJAMENTO DE INVESTIMENTO (PROPORÇÃO: DE 15 A 25 %)

O objetivo deste módulo é verificar se o profissional possui uma visão geral e consolidada dos tópicos anteriores, tem domínio dos conceitos apresentados e sua aplicação na avaliação de produtos de investimento, incluindo os principais indicadores de retorno e risco abordados nos itens anteriores do programa. Cálculos poderão ser exigidos tendo como base os itens anteriores do programa. Espera-se que o profissional demonstre uma visão consolidada, permitindo desta forma uma recomendação adequada de alocação de investimentos em função do perfil dos investidores, suas reações na perspectiva de Finanças Comportamentais e do processo de decisão. (Para os cálculos as fórmulas serão fornecidas).

7.1 Entrevista e Processo de Análise do Perfil do Investidor

7.1.1 Instrução CVM: 539 e 554 – dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente (*suitability*). Entrevista e aplicação de questionário para identificar o perfil e situação patrimonial do cliente.

7.1.1.1 Abrangência; perfil do cliente; categorias de produtos; vedações e obrigações; controles internos; atualizações e dispensas. Obrigatoriedade do API para Pessoa Física e Pessoa Jurídica, isenções e exceções.

7.1.1.2 Adequação de produtos ofertados em função do perfil do investidor. Importância e motivação do API para o investidor. Possibilidade de venda de um produto não adequado ao perfil do investidor.

7.1.2 Fatores Determinantes para Adequação dos Produtos de Investimento as Necessidades dos Investidores

7.1.2.1 Objetivo do investidor

7.1.2.2 Horizonte de investimento e idade do investidor

7.1.2.3 Risco versus retorno. Capacidade de assumir riscos, o nível de risco suportável pelo investidor e sua tolerância ao risco. Retorno esperado e retorno requerido para atingir um objetivo

7.1.3 Entendimento dos objetivos, necessidades, restrições e prioridades do cliente. Valores e atitudes das pessoas em relação a sua faixa etária (Ciclo de Vida). Atitudes das pessoas em relação a risco/retorno.

7.2 Decisões do Investidor na perspectiva de Finanças Comportamentais

7.2.1 A decisão do investidor na perspectiva das Finanças Comportamentais

7.2.2 As principais Heurísticas (regras práticas que orientam o julgamento e avaliação dos investidores)

7.2.2.1 Heurística da disponibilidade (decisões influenciadas por ocorrências e eventos recentes na memória do investidor)

7.2.2.2 Heurística da representatividade (decisões a partir de associações com estereótipos formados e desprezo a informações relevantes para a tomada de decisão)

7.2.2.3 Ancoragem (decisões com base em conhecimentos prévios ou pré-concebidos)

7.2.3 Vieses comportamentais do investidor

7.2.3.1 Otimismo e suas influências na decisão de investimento

7.2.3.2 Excesso de Confiança

7.2.3.3 Armadilha da Confirmação

7.2.3.4 Ilusão do Controle

7.2.4 Efeitos de estruturação (*framing*): influência de investimento em função da forma como o problema é apresentado

7.2.5 Aversão à perda: manutenção de investimentos não lucrativos e venda de investimentos com ganho certo

7.3 Planejamento de Investimento

7.3.1 Princípios básicos do Processo de Planejamento Financeiro Pessoal: as etapas do processo de planejamento financeiro

7.3.2 Entendimento do risco pelo investidor: decisões do investidor na perspectiva da teoria de carteiras. Expectativas racionais

7.3.3 Orçamento Pessoal: poupança e gastos correntes; receitas e despesas. Fluxo de caixa

7.3.4 Balanço Patrimonial: ativos e investimentos; passivos, dívidas e financiamentos. Patrimônio Líquido

7.3.5 Reserva de Curto Prazo (reserva de emergência): necessidade e dimensionamento. Produtos adequados a esse objetivo.

7.3.6 Apresentação e escolha de alternativas e carteiras de investimento de longo prazo. Acompanhamento das recomendações de investimento ou carteiras.

7.3.7 Apresentação e acompanhamento da *performance* dos investimentos e aderência ao perfil de risco do cliente

7.3.8 Recomendação de mudança dos investimentos em função de mudanças relação de risco x retorno do mercado (rebalanceamento)

7.3.9 Alternativas financeiras adequadas ao planejamento fiscal em função da situação econômica do cliente. Necessidade de novo direcionamento de produtos em função de mudanças no horizonte de investimento, situações especiais e aspectos de planejamento fiscal.